

O custo ainda é menor que o benefício

Rodrigo Polito

Luz para Todos entra na reta final sob o dilema do custo da universalização da energia elétrica para consumidores e distribuidoras. O saldo, por enquanto, é positivo

Às vésperas de entrar no último ano oficial de implantação, o programa Luz para Todos, que já atingiu cerca de 6,5 milhões de brasileiros, esbarra em um de seus maiores dilemas: eletrificar todos os domicílios do país, gerando desenvolvimento econômico e social de áreas isoladas, sem fazer a conta pesar no bolso dos consumidores de energia elétrica. Afinal, apesar de a implantação da rede ser quase toda subsidiada pelo governo, os custos de operação e manutenção (O&M) serão repassados para as tarifas.

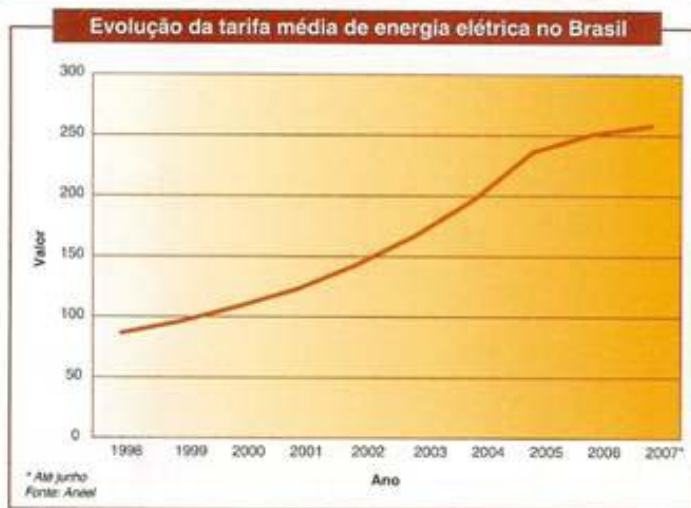
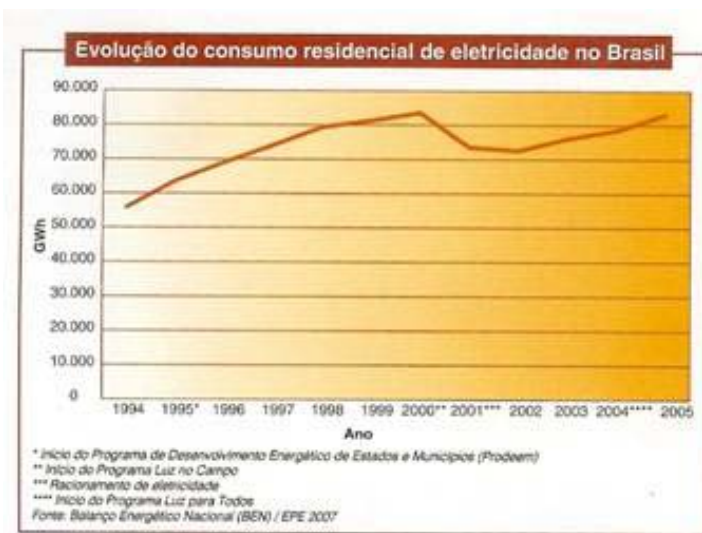
Por um lado, as concessionárias de energia, embora ainda não tenham quantificado os benefícios, já observam os primeiros resultados do programa, entre eles a redução do êxodo rural e o aumento da receita por conta do crescimento do consumo de energia. Por outro, temem que os consumidores suportem o aumento tarifário devido incremento dos custos do novo sistema de distribuição, sobretudo em Estados com grande extensão e pouca renda.

Apesar dos números estratosféricos do Luz para Todos e do temor das distribuidoras, a experiência até agora mostra que é possível prosseguir com as obras sem onerar tanto os consumidores e se oferecer riscos ao equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias.

Nenhuma das distribuidoras atingiu o teto de impacto tarifário considerado para o Luz para Todos - 8% do valor da tarifa corrente, conforme a resolução Normativa 175, da Aneel que trata do programa.

É evidente que o Luz para Todos vai aumentar os custos operacionais das distribuidoras, dos quais a maior parte será repassada para o cliente. "É uma consequência inevitável de uma iniciativa agressiva e de grande porte. Mas o programa também proporcionará avanços econômicos para os beneficiados, que aos poucos terão condições de criar novos negócios e mais recursos para arcar com os custos da energia. Da mesma forma que gera conforto para as famílias, gera desenvolvimento para indústria e comércio", ressalta o ministro interino de Minas e Energia, Nelson Hubner.

A agência reguladora, porém, recomenda um pouco mais de cautela no entusiasmo. "O crescimento de mercado não é proporcional ao custo da ligação rural", diz o superintendente de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade da Aneel, Paulo Henrique Silvestri Lopes.



Contas a fazer

Os números dão uma dimensão de quanto a conta precisa estar bem fechada. Desde o início do programa até hoje já foram instalados 2,5 milhões de postes, 373.000 transformadores e 225.000 km de rede, suficientes para dar cinco voltas e meia ao redor do mundo. Apenas em Minas Gerais, o programa de universalização foi responsável por um aumento de 22% da rede total da Cemig, atualmente de 394.100 km, a maior da América Latina.

Entre as distribuidoras, a maranhense Cemar registra até o momento um dos maiores impactos tarifários por conta do programa, de aproximadamente 4,5%. No 3º trimestre deste ano, a receita líquida da distribuidora, de R\$ 233,9 milhões, caiu cerca de 5,9% em relação a igual período do ano passado. Segundo a companhia, o desempenho é explicado sobretudo pelo não-reconhecimento de recursos relativos ao Luz para Todos. Excluindo o efeito do programa, haveria um crescimento de 9,1 % da receita líquida no mesmo período.

Mas, na mesma comparação, o mercado da concessionária do Maranhão cresceu 6,4%, chegando a 1,412 milhão de consumidores. Do acréscimo, 56,7%, ou 48.000 consumidores, são oriundos do Luz para Todos. Eles consomem, em média, 53,2 kWh/mês.

Dona do maior programa estadual do Luz para Todos, com previsão inicial de 360.000 ligações, a Coelba também tem mais a comemorar do que reclamar. O mercado residencial da distribuidora baiana cresceu 12,31 % nos nove primeiros meses de 2007 sobre igual período do ano passado, totalizando 980,1 GWh, em grande parte por conta das 190.000 ligações realizadas no programa de universalização.

A companhia, no entanto, também apurou aumento de R\$ 8,891 milhões -21,41% - das despesas com depreciação e amortização, sobretudo por causa do avanço do Luz para Todos. Procurada pela Brasil Energia, a Coelba preferiu não se pronunciar sobre o assunto.

Panorama do Luz para Todos*

- R\$ 6 bilhões de investimentos feitos
- 6,4 milhões de pessoas atendidas
- 2,5 milhões de postes instalados
- 373.000 transformadores instalados
- 225.000 km de rede, o suficiente para dar cinco voltas e meia ao redor do mundo

* Dados relativos até setembro de 2007

Fonte: MME

Com a 3ª maior meta do programa, de quase 230.000 ligações, a Celpa registrou aumento de 7,14% do total de energia fornecida no 3º trimestre de 2007 em relação ao período de julho a setembro de 2006, motivado principalmente pelo acréscimo de 102.000 novas unidades consumidoras. O aumento de mercado contribuiu para o crescimento de 4,17% da receita líquida da distribuidora paraense no mesmo período, totalizando R\$ 288 milhões.

Por outro lado, o programa também foi responsável pelo aumento de 29,83% dos custos dos serviços vendidos pela concessionária. Entre os principais custos estão materiais, contratação de serviços terceirizados e depreciação e amortização de ativos.

No que tange ao impacto tarifário, um bom exemplo é a Coelce. A distribuidora do Ceará, que possui a 6ª maior meta entre as empresas, de 112.000 ligações, prevê um impacto de apenas 2% nas tarifas de energia ao fim da implementação do Luz para Todos. "Na revisão tarifária, tivemos um acréscimo de R\$ 9 milhões de custos operacionais por conta do Luz para Todos, o equivalente a 0,5% do nosso faturamento, de R\$ 1,8 bilhão", ressalta o coordenador de Projetos da Universalização da concessionária, Claudio Cunha. As novas unidades eletrificadas pela Coelce consomem em média 51 kWh/mês, aumentando em 0,7% o mercado da distribuidora, de 49 GWh/ano.



Ligações isoladas

Vale lembrar, porém, que o programa começou nas regiões mais próximas dos centros urbanos. Neste último ano serão atendidos domicílios localizados em regiões mais isoladas, o que demandará uma extensão maior de rede e, conseqüente-mente, custos de O&M mais elevados.

Preocupado com o problema, o **Instituto Acende Brasil** realizou um estudo sobre o serviço de universalização da energia elétrica no Brasil. Segundo o levantamento, que não indica um valor total de quanto será o impacto tarifário do programa, o próprio governo teria estimado que pelo menos 12 concessionárias teriam de interromper as ligações por chegar ao limite dos 8%. O estudo indica ainda que a Aneel subestimou o déficit tarifário, por meio de uma mudança dos critérios de cálculo da receita requerida, que prejudicou as distribuidoras, já que os valores repassados à tarifa no reajuste de 2007 foram bastante inferiores ao esperado.

"Não estão equacionados os custos de manutenção. Do jeito que está, o Luz para Todos está insustentável. Não queremos desperdiçar o esforço feito, mas se não fizermos nada vai sobrecarregar o consumidor. E quanto mais pobre e mais isolado, mais o consumidor precisa do Luz para Todos e maior será o custo de manutenção", diz o presidente do **Acende Brasil, Claudio Sales**.

No processo de revisão tarifária da Celpa, em agosto, a Aneel reduziu as frequências das atividades de O&M da rede instalada no Luz Para Todos. A explicação é simples: como a rede foi instalada recentemente, terá um custo operacional real inferior à rede antiga, considerada no modelo de empresa de referência. A agência, no entanto, está estudando uma forma adequada para calcular e repassar corretamente os custos de O&M da nova estrutura.

A sugestão do **Acende Brasil** é que o governo disponibilize uma parcela do orçamento para subsidiar o aumento dos custos de O&M. "Independentemente do fato meritório, é importante destacar que 90% dos recursos do Luz para Todos são oriundos de subsídios nas tarifas do consumidor. E o restante são recursos das distribuidoras. Não há um tostão do governo federal", diz **Sales**.

Para o especialista em energia da Universidade Salvador (Unifacs) Osvaldo Soliano, que participou da elaboração das diretrizes do Luz para Todos, falta mais solidariedade entre as duas partes. "É preciso mais racionalidade para minimizar os custos de O&M. É preciso também um arrojo maior da Aneel junto com as distribuidoras. E elas devem estar mais voltadas para a universalização. Não se pode abrir mão disso", diz.